

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001275/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/07/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR036442/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.029829/2011-31
DATA DO PROTOCOLO: 20/07/2011

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo n°: 46215030668201128e **Registro n°:** RJ001373/2011

Processo n° e Registro n°:

Processo n°: 46215035844201118e **Registro n°:** RJ001698/2011

SINDICATO DA IND ALFAI CONFEC R DE H NO MUNIC R JANEIRO, CNPJ n. 33.638.156/0001-51, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VICTOR ANTONIO MISQUEY;

E

SINDICATO OF ALF COST TRAB IND CONF ROUP CHAP SENH M RJ, CNPJ n. 33.780.354/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE DA SILVA MATOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de junho de 2011 a 31 de maio de 2012 e a data-base da categoria em 1º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores na Indústria de Alfaiataria e de Confecção de Roupas**, com abrangência territorial em **Duque de Caxias/RJ, Nova Iguaçu/RJ e Rio de Janeiro/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO E REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - Todo **profissional**, para este fim considerado o empregado que tenha no mínimo 02 (dois) anos de comprovação na CTPS em operação de produção, terão a partir de 1º de junho de 2011 reajuste de 7% (sete por cento), não podendo perceber menos de R\$ 668,75 (seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) mensais como Piso Salarial.

Parágrafo Segundo - Á partir de 1º de janeiro de 2012, terão novo reajuste de 4% (quatro por cento) sobre o piso de maio/2011, ou seja, R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais) passando a receber o piso de R\$ 693,75 (seiscentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

Parágrafo Terceiro - Os profissionais com remuneração superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais) terão 7% (sete por cento) de reajuste á partir de 01.06.2011.

Parágrafo Quarto - Á partir de 1º de janeiro de 2012, terão novo reajuste de 3% (três por cento) sobre o salário recebido em maio/2011.

Parágrafo Quinto - Para comprovação da condição de profissional, prevalecerá a anotação na Carteira Profissional, inscrita por qualquer empregador integrante da Categoria Econômica, cujos empregados são representados pelo Sindicato representativo da categoria profissional.

Parágrafo Sexto - Os empregados não enquadrados no Parágrafo Primeiro, denominados **não profissionais**, ou seja, aqueles que não tenham 02 (dois) anos de comprovação na CTPS, em operações de produção, terão á partir de 1º de junho de 2011, reajuste de 7% (sete por cento), não podendo perceber menos de R\$ 583,15 (quinhentos e oitenta e três reais e quinze centavos) mensais como Piso Salarial.

Parágrafo Sétimo - Á partir de 1º de janeiro de 2012, terão novo reajuste de 5,85% (cinco vírgula oitenta e cinco por cento) sobre o piso de maio/2011, ou seja, R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) passando a receber o piso de R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais).

Parágrafo Oitavo - Serão compensados os aumentos espontâneos e compulsórios á partir de 01.06.2011;

Parágrafo Nono - Os empregados admitidos á partir de 01.06.2011, o aumento salarial fixado nos parágrafos anteriores receberão a proporção de 1/12 (um doze avos), calculado para cada mês trabalhado ou fração igual ou superior a quinze dias.

Parágrafo Décimo - Os tarefeiros e peceiros terão reajustes dos preços e tarefas e das peças, nos índices previstos no parágrafo primeiro;

Parágrafo Décimo Primeiro - Ficam as empresas componentes da categoria econômica desobrigadas do pagamento de quaisquer outros índices á título de reajuste e / ou reposição inflacionária mesmo a legislação estadual, instituir piso superior ao previstos nos parágrafos anteriores, por já transacionados e quitados até 31.05.2012.

Parágrafo Décimo Segundo - Não serão considerados, para efeito desta cláusula, os menores aprendizes, cuja regulamentação e condição salarial é regida pela Lei nº

10.097 de 19.12.2000.

Parágrafo Décimo Terceiro - As empresas fornecerão mensalmente a seus empregados, o comprovante das importâncias pagas e dos descontos efetuados no mês do pagamento de forma discriminada.

Parágrafo Décimo Quarto - As empresas poderão conceder adiantamento quinzenal de até 40% (quarenta por cento) do salário base até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA QUARTA - TRIÊNIO

Parágrafo Primeiro- As empresas pagarão aos seus empregados, a título de triênio, percentual de 1% do seu salário nominal, para cada três anos de trabalho na mesma empresa, com início a partir de junho de 2011. Ressalta-se que não haverá retroatividade do triênio, independente do tempo de duração dos contratos de trabalho em curso.

CLÁUSULA QUINTA - PROMOÇÃO

Sempre que ocorrer promoção, a mesma deverá ser anotada na Carteira Profissional do empregado.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SEXTA - ALIMENTAÇÃO

As empresas poderão conceder aos seus empregados, uma cesta básica, ou cheque no mesmo valor.

Parágrafo Primeiro - As empresas fornecerão lanche inteiramente gratuito para os

empregados que laborarem em horário noturno, ou seja, das 22:00 às 05:00hs.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE-TRANSPORTE

As empresas se obrigam a cumprir fielmente o que determina a Lei sobre a concessão de Vale Transporte

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA OITAVA - AUXILIO FUNERAL

As empresas contribuirão com o valor equivalente a 01 (um) salário mínimo Federal, como auxílio Funeral, em caso de falecimento do empregado, desde que o mesmo esteja registrado na mesma empresa a mais de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - O presente auxílio a que alude a cláusula anterior será prestado aos herdeiros legais.

Aposentadoria

CLÁUSULA NONA - APOSENTADORIA

Fica vedada a dispensa imotivada do empregado, nos 12 (doze) meses que antecedem a data da aquisição ou direito à aposentadoria por tempo de serviço normal, especial ou por idade, de acordo com a legislação vigente, desde que possua no mínimo 15 (quinze) anos de serviço consecutivos na mesma empresa, ressalvados os casos de mútuo acordo entre as partes, pedido de demissão ou justa causa.

Parágrafo Primeiro - Para usufruir deste benefício, o empregado deverá comunicar à empresa, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início da contagem do prazo, informando a intenção de aposentar-se.

Parágrafo Segundo - Completando o tempo necessário para aquisição do direito à aposentadoria, expira-se automaticamente a estabilidade.

Parágrafo Terceiro - O presente benefício não se aplica aos empregados demitidos por **JUSTA CAUSA** ou que tenham **PEDIDO DEMISSÃO**.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA - ADMISSÃO/DEMISSÃO

A realização de testes práticos operacionais de admissão, não poderá ultrapassar a 4:00 (Quatro) horas, e não coincidir com o horário de refeição.

O empregado dispensado sob alegação de **JUSTA CAUSA** ou **FALTA GRAVE**, será avisado do fato por escrito, esclarecendo-se os motivos da dispensa.

As demissões coletivas, ou seja aquelas que atingirem mais de 30 (trinta) empregados, serão comunicadas ao Sindicato.

Não será exigido novo contrato de experiência, no caso de readmissão de empregados na mesma função anteriormente exercida, desde que tenha sido demitido a menos de 03 (três) anos, a contar da data de readmissão.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Faltas

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FALTAS/ABONOS

Mediante aviso prévio de 72 horas, dado por escrito, será abonada, sem desconto, a ausência do empregado no dia da prova do exame do vestibular, quando comprovada tal finalidade.

Sem prejuízo do salário e mediante aviso com antecedência de 48 (Quarenta e oito) horas, os empregados poderão afastar-se do trabalho pelo período de 4:00 (quatro) horas para recebimento do abono ou cota do PIS, exceto nos casos em que a empresa efetue pagamento em suas dependências ou juntamente com a folha de pagamento através de crédito Bancário.

Este benefício estende-se aos aposentados e pensionistas, quando do recebimento de suas aposentadorias.

Quando o pagamento for feito através de cheque, os empregadores concederão até 60 (Sessenta) minutos aos empregados para que possam efetuar o desconto ou depósito do referido título;

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento a Congresso Sindical, desde que membros efetivos e no exercício do cargo do Sindicato representante dos empregados abaixo conveniente, devidamente eleito dentro da Legislação em vigor, a razão de um por empresa, até 03 (três) dias totais por ano, para as empresas com mais de 80 (oitenta) empregados.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - BANCO DE HORAS/COMPENSAÇÃO DE JORNADAS

As empresas poderão a seu critério, mediante acordo coletivo firmado com o Sindicato Profissional, a implantação do **BANCO DE HORAS**, pelo qual o excesso ou redução de horas em um dia seja compensado pela diminuição ou acréscimo em outras, dispensados o pagamento de adicionais de horas extras. A soma das jornadas normal não poderá ultrapassar o limite máximo de 10 (dez) horas diárias de trabalho.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de rescisão contratual por iniciativa do Empregador, sem que tenha havido a compensação integral da jornada de trabalho, será feito o acerto de contas nas verbas rescisórias, ficando certo de que havendo crédito em favor do trabalhador, este somará ao pagamento das horas devidas, o adicional de horas extras de 70% (setenta por cento) sobre o valor do salário na data da rescisão.

Parágrafo Segundo - Em caso de pedido de demissão ou demissão por justa causa devidamente comprovado, o pagamento do adicional de hora extra, a crédito do empregado, será pago por ocasião da demissão no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

Quando ocorrer feriado em dias de semana, não poderão as empresas descontar ou cobrar os minutos relativos, assim como na hipótese de coincidirem feriados aos sábados não deverão ser reduzidas as jornadas de trabalho dos empregados.

Por motivo de força maior, que independam da vontade da empresa, como falta de energia elétrica, de água, greve nos transportes, transtornos climáticos, como enchentes, às interrupções do trabalho serão compensadas em outro dia, desde que previamente comunicado pela empresa no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Terceiro - A ausência do empregado no dia de compensação, será devidamente descontada, de acordo com legislação em vigor.

Parágrafo Quarto - O Banco de Horas terá como prazo de vigência, o mesmo da Convenção Coletiva.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FÉRIAS

Obrigam-se as empresas de acordo com o Art. 145 da CLT, ao pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono referido no Art. 143 da CLT, até dois dias úteis antes do início do respectivo período, sob as penas da Lei.

Parágrafo Único - O início das férias coletivas ou individuais, não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - UNIFORMES

Os uniformes quando de uso obrigatório ou exigido pelas empresas, serão fornecidos gratuitamente.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PRIMEIROS SOCORROS/ATESTADOS MÉDICOS

As empresas deverão manter Caixa de Medicamentos de Primeiros Socorros.

As empresas, ao seu livre critério, poderão verificar junto às farmácias e drogarias a possibilidade de concessão de descontos aos funcionários por ocasião de aquisição unicamente de remédios.

Mediante atestado médico e comprovação de atividade insalubre as empresas remanejarão as empregadas gestantes no período da gravidez.

As empresas que não possuem serviço médico próprio ou convênio médico aceitarão atestados fornecidos, obedecida a seguinte ordem: da Previdência Social a que estiver filiado o empregado e, na falta deste e sucessivamente, de médico do Serviço Social da Indústria, de médico a serviço de Repartição Federal, Estadual ou Municipal, incumbida de assuntos de higiene ou de saúde e poderão aceitar atestados médicos e odontológicos do Sindicato representativo dos empregados, neste caso desde que não haja contestação de médico indicado pela empresa.

O empregado do sexo masculino ou feminino, poderão ter até 04 (quatro) faltas por ano, consecutivas ou não, para acompanhar nesses dias filhos de até 06 (seis) anos de idade e ou filho excepcional, a atendimento médico hospitalar. As ausências deverão ser comprovadas com a apresentação de atestado médico do SUS ou rede convênida.

Parágrafo Único - No caso de pai e mãe empregados da mesma empresa, somente a um deles será abonada a falta.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SINDICALIZAÇÃO

Mediante prévio entendimento com a direção das empresas, serão permitidas a afixação, no seu quadro de avisos, de comunicações de interesse da Categoria Profissional, sendo vedada à divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

As empresas, no ato de admissão do empregado, entregarão proposta de filiação do Sindicato obreiro.

Mediante solicitação, estará à disposição do Sindicato representante dos empregados, a relação de Contribuição Social dos empregados filiados

Parágrafo Único: O Sindicato dos empregados compromete-se a não utilizar esta relação e as informações dela constantes para outros fins, que não seja o de comprovação e conferência de recolhimento das contribuições.

A critério das empresas poderão remeter ao Sindicato Profissional, uma vez por ano, a relação dos empregados pertencentes à categoria, considerando-se cumprida esta exigência com o fornecimento de cópia da RAIS.

As empresas se obrigam a descontar dos seus empregados os valores ou percentuais que forem aprovados em Assembléia especificamente convocada para tal fim, desde que os funcionários estejam de acordo.

As empresas anotarão no campo próprio o nome da Entidade Sindical beneficiária da Contribuição Sindical.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DIVERGÊNCIAS

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas em decorrência da aplicação da presente Convenção Coletiva.

VICTOR ANTONIO MISQUEY
Presidente
SINDICATO DA IND ALFAI CONFEC R DE H NO MUNIC R JANEIRO

JOSE DA SILVA MATOS
Presidente
SINDICATO OF ALF COST TRAB IND CONF ROUP CHAP SENH M RJ

1º TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001373/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 01/08/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR041856/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.030668/2011-28
DATA DO PROTOCOLO: 27/07/2011

**NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO
COLETIVA PRINCIPAL:** 46215.029829/2011-
31
**DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA
PRINCIPAL:** 22/07/2011

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.
SINDICATO DA IND ALFAI CONFEC R DE H NO MUNIC R JANEIRO, CNPJ n.
33.638.156/0001-51, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VICTOR
ANTONIO MISQUEY;**

E

SINDICATO OF ALF COST TRAB IND CONF ROUP CHAP SENH M RJ, CNPJ n.
33.780.354/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE DA
SILVA MATOS;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE
TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de junho de 2011 a 31 de maio de 2012 e a data-base da categoria em 1º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores na Indústria de Alfaiataria e de Confeção de Roupas**, com abrangência territorial em **Duque de Caxias/RJ, Nova Iguaçu/RJ e Rio de Janeiro/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO E REAJUSTE

Parágrafo Oitavo - Serão compensados os aumentos espontâneos e compulsórios á partir de 01.06.2010.

Parágrafo Nono - Os empregados admitidos à partir de 01.06.2010, o aumento salarial fixado nos parágrafos anteriores receberão a proporção de 1/12 (um doze avos), calculado para cada mês trabalhado ou fração igual ou superior a quinze dias.

VICTOR ANTONIO MISQUEY

Presidente

SINDICATO DA IND ALFAI CONFEC R DE H NO MUNIC R JANEIRO

JOSE DA SILVA MATOS

Presidente

SINDICATO OF ALF COST TRAB IND CONF ROUP CHAP SENH M RJ

2º TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001698/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/09/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR048141/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.035844/2011-18
DATA DO PROTOCOLO: 06/09/2011

**NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO
COLETIVA PRINCIPAL:** 46215.029829/2011-
31
**DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA
PRINCIPAL:** 22/07/2011

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.
SINDICATO DA IND ALFAI CONFEC R DE H NO MUNIC R JANEIRO, CNPJ n.
33.638.156/0001-51, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VICTOR
ANTONIO MISQUEY;**

E

SINDICATO OF ALF COST TRAB IND CONF ROUP CHAP SENH M RJ, CNPJ n.
33.780.354/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE DA
SILVA MATOS;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE
TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de junho de 2011 a 31 de maio de 2012 e a data-base da categoria em 1º de junho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores na Indústria de Alfaiataria e de Confecção de Roupas**, com abrangência territorial em **Duque de Caxias/RJ, Nova Iguaçu/RJ e Rio de Janeiro/RJ**.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Controle da Jornada

CLÁUSULA TERCEIRA - CONTROLE DE HORÁRIO

Consoante a portaria MT – nº373. de 25.02.2011, a empresa poderá utilizar sistema alternativo de controle de frequência dos seus empregados, registrando apenas as ocorrências que ocasionarem alteração de sua remuneração, dessa forma, a comprovação da presença do empregado ao serviço será feita pelo registro diário de frequência nos termos das diretrizes internas estabelecidas:

1.1 - Os Empregados estão sujeitos ao registro de frequência de entrada e saída do serviço.

1.2 – Ficam isentos do registro diário de frequência os empregados que ocupam os seguintes cargos ou funções: Diretores e Gerentes, e empregados que exerçam atividades externas incompatíveis com a fixação de horário.”

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA QUARTA - SINDICALIZAÇÃO

Mediante prévio entendimento com a direção das empresas, serão permitidas a afixação, no seu quadro de avisos, de comunicações de interesse da Categoria Profissional, sendo vedada à divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

As empresas, no ato de admissão do empregado, entregarão proposta de filiação do Sindicato obreiro.

Mediante solicitação, estará à disposição do Sindicato representante dos empregados, a relação de Contribuição Social dos empregados filiados.

Parágrafo Único: O Sindicato dos empregados compromete-se a não utilizar esta relação e as informações dela constantes para outros fins, que não seja o de comprovação e conferência de recolhimento das contribuições.

A critério das empresas poderão remeter ao Sindicato Profissional, uma vez por ano, a relação dos empregados pertencentes à categoria, considerando-se cumprida esta exigência com o fornecimento de cópia da RAIS.

As empresas se obrigam a descontar dos seus empregados os valores ou percentuais que forem aprovados em Assembléia.

As empresas anotarão no campo próprio o nome da Entidade Sindical beneficiária da Contribuição Sindical.

VICTOR ANTONIO MISQUEY

Presidente

SINDICATO DA IND ALFAI CONFEC R DE H NO MUNIC R JANEIRO

JOSE DA SILVA MATOS

Presidente

SINDICATO OF ALF COST TRAB IND CONF ROUP CHAP SENH M RJ